

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO CEARÁ COLONIAL (SÉCULO XVIII)

Maria Aparecida de Sousa¹, Darlan de Oliveira Reis Junior²

Resumo: Essa pesquisa tem como objetivo analisar processo de atuação dos povos indígenas na dinâmica interna dos aldeamentos nos sertões, no século XVIII. Busca-se entender a presença dos indígenas como agentes ativos que definiram o seu próprio caminho ao longo da colonização e que também contribuíram para a formação social do Ceará. Nesse sentido, pretende-se identificar a atuação política dos organizadores dos aldeamentos, tanto os religiosos como os governamentais, além de compreender o papel dos aldeamentos na estrutura agrária do Ceará colonial. A documentação utilizada para a construção e andamento da pesquisa, encontra-se em formato textual e digital no acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), laboratório vinculado ao Departamento de História da URCA.

Palavras-chave: Aldeamentos indígenas. Ceará Colonial. Século XVIII.

1. Introdução

A pesquisa historiográfica será feita a partir da perspectiva de que no processo de aldeamento promovido pela Coroa Portuguesa e pelas Ordens Religiosas, os povos originários buscaram formas de resistência e de produzir suas escolhas. Ao mesmo tempo em que eram discriminados pela perspectiva eurocêntrica e colonizadora do período, marcada em discursos que enxergam os nativos como exóticos e diferentes (Moraes, 2003, p. 03). Os colonizadores atuaram como agentes da Coroa Portuguesa ao estabelecerem o processo de aproximação com os nativos, com o objetivo de usá-los como reforço, tanto para suas conquistas como também nos aldeamentos. O processo de aldeamento ligado às solicitações de terras mediante o sistema de sesmarias, os serviços de mercê e privilégios, a tentativa de estabelecer amizade com os nativos revelam que tais práticas contribuíram intensamente para a apropriação das riquezas e para a geração de conflitos na capitania cearense. No século XVI, outras capitânicas do Brasil já haviam sido devassadas, porém as terras cearenses só entraram efetivamente nos interesses da Coroa Portuguesa e dos colonizadores no Século XVII. O combate aos "bárbaros do sertão" serviu de justificativa para o sistema de privilégios e mercês. A relação entre o combate aos indígenas, a expansão da criação do gado bovino, o envolvimento de militares e religiosos como postulantes às sesmarias e a expulsão das nações consideradas selvagens para pontos distantes dos sertões é direta. Enquanto antigas formas de relação com o espaço eram destruídas, novas formas baseadas no regime jurídico português eram estabelecidas por toda a América Portuguesa. Em diferentes momentos, os nativos utilizavam das regras impostas pelos

1 Acadêmica do curso de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), bolsista PIBIC/FUNCAP, email: aparecida.sousa@urca.br

2 Orientador, Professor Associado do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), email: darlan.reis@urca.br

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



colonizadores para tentar garantir algum direito, tal seja no controle de algumas funções nos aldeamentos, no direito em não ser escravizado, ou pelo acesso às sesmarias. Logo, busca-se entender não só as consequências do que (Amoroso, 2019, p. 10) destacou sobre o impacto desses gestos para os nativos: "podem-se destruir sociedades a pouco e pouco, com pequenos gestos, pequenas coisas, em nome da catequese e civilização." Como também entender o contexto histórico por trás desses acontecimentos e a dinâmica interna nos aldeamentos aliado ao processo de "aculturação" que (ALMEIDA, 2013, p.25) salienta:

Assim, foi possível entender a chamada "aculturação" nas aldeias como um longo processo de mudanças culturais através do qual diferentes grupos indígenas compartilhavam novas experiências com inúmeros outros grupos étnicos e sociais e rearticulavam suas culturas, histórias e identidades.

Ademais, compreender as estratégias coloniais usadas para controlar esses povos, e principalmente como eles aderiram essas mudanças para sua formação, agindo conforme os seus próprios interesses (Monteiro, 2001, p.58-59) ao estabelecerem formas alianças com os colonizadores (Cavalcante, 2021, p.365). Desse modo, o estudo tem como fito analisar, a partir da perspectiva da História Social, o processo de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial, a legislação produzida no período, a documentação referente à questão da terra, a política de aldeamento - das missões religiosas e a definida pelo Diretório dos Índios do Período Pombalino.

2. Objetivo

Analisar a atuação dos povos indígenas na dinâmica interna dos aldeamentos formados nos sertões, no Ceará Colonial, no século XVIII.

Identificar a atuação política dos organizadores dos aldeamentos, tanto os religiosos como os governamentais, no século XVIII.

Compreender o papel dos aldeamentos na estrutura agrária do Ceará colonial.

3. Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, a utilização das fontes vincula-se à discussão teórica e ao estudo da historiografia sobre o tema. As atividades envolvem a leitura de quantidade significativa de documentos, o fichamento e inventário das fontes. Nessa pesquisa será utilizada a documentação em formato digital e textual, presentes no acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), laboratório vinculado do Departamento de História da URCA, proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC): a Coleção Memória Colonial do Ceará, a Publicação impressa do Francisco José Pinheiro "Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825).", as Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias (provenientes do acervo do APEC), além da legislação existente no período: Cartas Régias, Eclesiásticas, O Diretório dos Índios, de 1755.

4. Resultados

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



A pesquisa, que ainda está em andamento, se trata de um projeto de iniciação científica intitulado "Os aldeamentos indígenas no Ceará colonial (século XVIII)", que envolve a leitura teórica e bibliográfica, além da pesquisa em fontes primárias. Até o momento as fontes examinadas foram a Memória Colonial do Ceará (Volume I e II), as Datas de Sesmarias (Volume I e II) e a obra Documentos para a História Colonial, Especialmente a indígena no Ceará: Parte I (1690-1729). Durante a análise da documentação pode-se encontrar os argumentos utilizados pelos missionários e colonos para justificar a ocupação e exploração do território e dos nativos. As justificativas se baseiam em argumentar que a conversão dos indígenas à fé católica era uma forma de salvá-los; Portanto, era uma prestação de serviço a Deus e ao rei. Em Carta Ânua do padre Ascenso Gago e Manuel Pedroso, informou sobre o que foi feito na missão da serra de Ibiapaba no período de 1693-1695, discorreu sobre como era o local das missões, os costumes e conflitos das três nações, os tobojaras, os tapuias Reriús e os tapuias Aconguaçus. Além disso, eles ressaltam alguns empecilhos durante o processo para aldear, e destaca que seu trabalho feito no aldeamento foi um serviço a Deus.

Respondi-lhes que eu era sacerdote de Deus, a quem nada é impossível e que andava em serviço do mesmo Senhor, que êle me defenderia se fôsse servido, e quando não, que folgaria muito morrer em seu serviço; (Carta ânua do padre Ascenso Gago. PINHEIRO, 2012 p. 36)

No que diz respeito às questões que envolviam posse de terras por meio das sesmarias, o argumento utilizado era o de que na localidade solicitada não havia presença de "brancos", apenas de grupos de "tapuias", logo, a terra deveria ser considerada desocupada e devoluta, de modo a ser destinada aos solicitantes para a povoação e criação de gado. Em 1703, na Data de sesmaria nº 79 trata sobre terras no Cariri, em que o solicitante alega as terras estão desaproveitadas, mesmo após informar que há uma nação de indígenas por nome Cariris. "(...) nas cabiceiras do Rio Salgado adonde abita hua nação de gentio por nome cariris há terras capazes de criar gado as quais estão devolutas e desaproveitadas." (p.13). Paralelamente, observou-se conflitos internos entre os colonizadores, onde os missionários constantemente denunciavam os colonos por transgredirem as regras cristãs, envolverem-se com as indígenas e forçá-los trabalhar para eles, interferindo nas outras obras das aldeias. Em carta do padre Domingos Ferreira Chaves, missionário geral e visitador-geral das missões do sertão da parte do norte no Ceará e a exposição do padre Antônio de Sousa Leal, missionário e clérigo do hábito de São Pedro, há queixas feitas sobre os capitães-mores e suas interferências injustas nos aldeamentos e com os indígenas que residem lá.

"porque é certo que os capitães-mores são culpados na maior parte das desordens que ali se cometem contra os índios, ou por comissão, ou por omissão, por que como só vão com os olhos no seu interesse, eles são os que oprimem mais os índios, e os deixam oprimir também por conveniências" (p.13)

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



Além disso, perceber os aldeamentos como uma das situações de contato entre nativos e colonos, pode-se entender o que (Cunha, 2012, p.15) pontuou sobre os aldeamentos religiosos se reproduzirem predatoriamente, por base dos alistamentos e compreender as consequências disso para os nativos. No requerimento enviado pelos indígenas do aldeamento da serra de Ibiapaba também se encontra um pedido, no qual eles se queixam de não sobrar tempo para trabalharem em suas plantações, e causar fome entre eles, pois a maioria se encontra ocupados ao serem chamados pelos missionários, de modo que eles suplicam para não fossem ocupados todos do aldeamento.

Pedem humildemente a Vossa Real Majestade que seja servido ordenar aos seus padres missionários, que não ocupem nestes serviços mais que a metade dos índios capazes de trabalho para que, ficando a outra a metade na aldeia, possam tratar das lavouras, e evitar que seja tão grande a fome como até agora tem sido. (Requerimento dos índios da serra de Ibiapaba, Coleção Memória Colonial do Ceará: Volume I, Tomo II. 2011 P. 376)

Nesse sentido, buscamos compreender durante a pesquisa também os indígenas como sujeitos históricos ativos e como esse processo foi marcado por sua resistência contra as ações colonizadoras. Foi perceptível que os meios para resistir aconteceram de formas variadas, encontrou-se registros de guerras, fugas, alianças entre os líderes das nações indígenas e os colonizadores e reivindicações direcionadas aos missionários e ao rei.

5. Conclusão

A pesquisa em andamento analisa a dinâmica e as relações nos aldeamentos indígenas no Ceará colonial do século XVIII. Os resultados citados indicam a investigação por respostas nessas fontes. A junção do estudo com as ponderações teóricas, revisão de bibliografia e o conhecimento adquirido pela leitura de documentos do século XVIII, visa apoiar o avanço acadêmico, desenvolver o pensamento crítico, contribuir para o ensino de História e facilitar a entrada na pesquisa científica.

6. Agradecimentos

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão da bolsa de Iniciação Científica. Ao Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC).

7. Referências

- AMOROSO, Marta. Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. História (São Paulo), v. 30, p. 349-371, 2011.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



DE ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares—a contribuição de John Monteiro. **História Social**, n. 25, p. 19-42, 2013.

MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo. Tese apresentada para o concurso de livre docência. Campinas – SP, UNICAMP, 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica 4-5 (2003).

Fontes:

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): Memória Colonial do Ceará (volume I e II) – que se encontram no Centro de Documentação do Cariri-CEDOCC.

Conjunto de documentação do Conselho Ultramarino e do Arquivo Público Ceará, no livro Documentos para a História Colonial, Especialmente a indígena no Ceará. (1690-1825) de Francisco José Pinheiro.

Datas de Sesmarias Volumes: 1 e 2 - Arquivo Público do Estado do Ceará. Data de Sesmaria, Coleção Digital – que se encontram no Centro de Documentação do Cariri-CEDOCC.